



Universidade do Minho

Reunião Extraordinária do Conselho Geral da Universidade do Minho

Ata Nº 005/2015

Aos sete dias do mês de setembro de dois mil e quinze, pelas nove horas, reuniu, na Sala de Reuniões da Reitoria da Universidade do Minho, no Largo do Paço, o Conselho Geral da Universidade do Minho, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único:

- Universidade do Minho, Regime Fundacional.
Discussão e eventual aprovação da proposta de Estatutos da Fundação, apresentada pelo Reitor.

Estiveram presentes o Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, que presidiu, o Reitor, Professor António Cunha, Eng. António Murta, os Professores Álvaro Iriarte, Ana Cunha, Ana Marques, Clara Oliveira, Francisco Veiga, Isabel Furtado, Jorge Pedrosa, Licínio Lima, Manuel Carvalho da Silva, Manuel Pinto, Luís Amaral, Margarida Casal e Rui Ramos, a Dra. Fernanda Ferreira, os Estudantes Bruno Alcaide, Carlos Videira, José Mário Sousa e Pedro Sanches. Justificaram a ausência os membros Howard Davies, Lúcia Rodrigues e Paula Moura Pinheiro. _____

O Professor Rui Ramos pediu a palavra para tratar de um assunto antes da ordem do dia, para uma breve intervenção relacionada com o tema em agenda. Tendo-lhe sido concedida, procedeu de seguida à leitura de um texto, o qual fica anexo à presente ata, da qual faz parte integrante (Anexo 1).

O Presidente, antes de passar a palavra ao Reitor, pediu aos Membros que não se antecipassem ao debate, uma vez que a ordem de trabalhos dizia respeito à passagem ao regime fundacional, pese embora estarem em causa, na reunião, documentos que incidem, em grande medida, sobre matérias processuais.

O Reitor deu conta das diligências informais que tinha encetado junto dos Professores Rui Ramos e Clara Oliveira para uma maior perceção dos argumentos esgrimidos na mensagem que divulgaram pela Academia. Após as mesmas, e em face do contexto, entendeu dirigir um Comunicado à Comunidade Académica sobre a temática, esclarecendo a situação.



Universidade do Minho

O Professor Licínio Lima, ainda previamente, referiu que, na sua opinião, o assunto agendado, por si só, não encerrava o debate até porque, havia duas questões substantivas, de fundo, que não podiam ser ignoradas, uma de cariz processual, e uma outra respeitante ao “tempo e ao modo” em que o assunto voltou a debate. Sobre o “tempo e o modo” mencionou que, desde 2007, o movimento Universidade Cidadã se manifesta contrariamente à figura da “fundação pública com regime de direito privado”.

No que concerne a questão processual, mencionou que esta encerra dois problemas maiores: em primeiro lugar, o momento concreto da deliberação em termos de calendário político, já em período eleitoral, dando azo a leituras que podem apoucar a Universidade do Minho em termos democráticos e de autonomia face ao governo e até face a partidos políticos; em segundo lugar, o facto de, após o normal período de férias, vir a comunidade académica a ser confrontada com uma decisão desta relevância, sem que tenha acompanhado adequadamente o decurso das negociações (se é que as mesmas existiram), e ser esclarecida sobre os contornos precisos que ela implica. Aceitando o tempo e o modo propostos, referiu que não seria surpreendente que a UMinho possa vir a ser arrastada para o debate político-partidário, em fase eleitoral, situação para a qual não tem vocação, nem ciência, nem recursos para poder intervir. O texto completo da sua intervenção está reproduzido na íntegra no Anexo 2 à presente ata, da qual faz parte integrante.

Posteriormente, o Presidente passou a palavra ao Reitor para dar início ao ponto único.

O Reitor agradeceu ao Presidente e, em seguida, expôs as razões e o momento em que o assunto foi colocado em agenda. Recordou que em janeiro de 2015 tinha manifestado ao Conselho o interesse em retomar as negociações com o Governo. Esta manifestação, em parte, ficou a dever-se à intenção demonstrada pelo Secretário de Estado do Ensino Superior para recolocar na agenda política o tema das fundações. Reafirmou a sua genuína convicção nas vantagens que o modelo fundacional poderá trazer à Universidade, sobretudo em termos de autonomia de gestão de recursos. Referiu que, em face da conjuntura económica, serão cada vez maiores os desafios concretos com os quais as Instituições de Ensino Superior (IES) irão ser confrontadas, desde logo, com a grande redução do Orçamento de Estado.

Perante este cenário, e contextualizando o tema, mencionou o documento que tinha sido enviado em 2011 para o Secretário de Estado do Ensino Superior, destacando os aspetos relevantes que entretanto tinham sido introduzidos e atualizados. Em seguida, centrou a sua apresentação nas implicações decorrentes do regime fundacional, nomeadamente: Governo Fundação *versus* Estabelecimento de Ensino, dando conta de que as propostas de Decreto-Lei e de Estatutos da Fundação-UMinho em apreço são semelhantes aos das



Universidade do Minho

demais Universidades que passaram ao regime fundacional (Universidade do Porto, Universidade de Aveiro e ISCTE) em 2008/2009, salientando, porém, que diferentemente destes casos, aqui não se prevê o endividamento e está prevista a criação de um fundo autónomo.

Referiu que nos termos do RJIES a fundação é administrada por um Conselho de Curadores.

Sobre o governo do Estabelecimento de Ensino, sublinhou que continuarão a existir os atuais órgãos, ou seja, o Conselho Geral, o Reitor e o Conselho de Gestão. Acentuou que o modelo de financiamento manter-se-á igual ao das Universidades Públicas, conforme previsto no n.º 3 do art.º 136.º do RJIES. Referiu, ainda, que a competência para alterações estatutárias é do Conselho Geral, como atualmente, e que os Estatutos do Estabelecimento de Ensino serão igualmente elaborados e aprovados pelo CG.

Em relação aos vínculos laborais e novas contratações, informou que se mantém o regime vigente podendo, no entanto, para o pessoal docente, se a Universidade assim o entender, ser criado um estatuto próprio. No que concerne à contratação de pessoal não docente, ela é feita, essencialmente, com base no direito laboral privado. Mantém-se, igualmente, a figura do Provedor do Estudante, assim como o regime das propinas dos estudantes e da Ação Social Escolar.

Nomeou, também, as vantagens da Universidade Fundação, tais como: a) autonomia; b) cultura da responsabilização; c) natureza pública. Descreveu, ainda, os fundamentos da autonomia, nomeadamente a flexibilidade de gestão; quadro contabilístico mais simples; simplificação dos procedimentos de contratação pública. Acrescentou que, independentemente do regime jurídico, todas as Universidades estão integradas no Sistema Nacional Contabilístico.

Salientou que a Universidade-Fundação será uma Entidade Pública; que o Conselho de Curadores homologa as decisões do Conselho Geral; e que a passagem a Fundação não implicará custos adicionais relevantes.

A finalizar, o Reitor invocou que "Somos a memória que temos e a responsabilidade do que assumimos. Sem memória não existimos, sem responsabilidade, talvez não mereçamos existir" texto da autoria do escritor José Saramago.

Finda a apresentação, o Presidente agradeceu ao Reitor pela clareza da exposição do documento.

Tomando a palavra o Professor Jorge Pedrosa, aproveitou para esclarecer que o motivo da sua intervenção se cingia em clarificar que o momento escolhido para abordar o assunto era da responsabilidade do Governo e não à colocação de eventuais questões processuais, tal como tinha sido aludido pelo Professor Licínio Lima.



Universidade do Minho

O Estudante Carlos Videira mencionou que o CG se deveria colocar acima de questões menores e decidir apenas em função daquilo que poderá ser o melhor para a UMinho. Acrescentou que se fosse tomado como exemplo aquilo que é conhecido das Universidades Fundação, designadamente o caso da Universidade do Porto e de Universidade de Aveiro, no que concerne ao montante das propinas, talvez ajudasse a suprimir os receios.

A Dra. Fernanda Ferreira manifestou a sua inquietação quanto ao texto da proposta de Estatutos da Fundação, referindo que havia identificado erros nas remissões legais e alertou ainda para algumas disposições estatutárias relativas às maiores exigências nas deliberações do Conselho Geral, para além das inscritas no n.º 4 do art.º 29.º dos Estatutos da Universidade do Minho, sendo que há na lei diversas matérias que exigem maiorias mais exigentes que a maioria simples, tal como a necessária para a aprovação dos Estatutos para a eleição do Reitor e também para a aprovação da proposta de transformação da Universidade em fundação pública de regime privado.

O Doutor Manuel Carvalho da Silva referiu que, mesmo não tendo estado no início da reflexão e deliberação sobre a alteração do regime jurídico, em 2011, sentia agora obrigação de participar no debate não só pela relevância do tema, mas também porque tem vindo a observar muito positivamente o trabalho desenvolvido pela UMinho nas diversas áreas de ação. Considerou que apesar dos condicionalismos impostos/dirigidos à Administração Pública e da subjetividade predominante no discurso dos políticos, a UMinho tem demonstrado resultados muito positivos e isso deve-se também à cultura da responsabilização e do rigor com que tem sido gerida. Sobre o objeto em análise, considerou que a atitude do Governo, em arrastar a decisão do processo até ao presente, por si só, denota que a agenda política não é coincidente com as necessidades.

Em seguida, pelas 11h25, foi efetuada uma pausa para café.

Ao serem retomados os trabalhos, pelas 11h45, interveio o Professor Licínio Lima, salientando que votará contra a aprovação dos Estatutos da *Fundação Universidade do Minho*, justificando que a sua decisão era coerente com a oposição de fundo quanto à figura de “fundação pública com regime de direito privado”, expressa repetidas vezes desde 2007 e alicerçada em documentos e argumentos que foram tornados públicos desde então. Em concreto, releva, sobretudo, do facto de o texto dos Estatutos da *Fundação Universidade do Minho*, em decorrência da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro, consagrar uma transformação institucional com contornos considerados negativos, elencando um conjunto de implicações relativas a criação de uma nova entidade, a saber – *Fundação Universidade do Minho*.



Universidade do Minho

Concluiu dizendo que “a aprovação destes Estatutos representa, por todas as razões apontadas e, certamente, por outras que a seu tempo ficarão claras para todos, uma das mais infelizes decisões na história de uma Universidade que nos tem dado tantos testemunhos de criatividade e de não opção pelos caminhos mais simples, bem como tantas razões de orgulho pelas suas realizações”. O texto integral fundamentando a posição do Professor Licínio Lima consta como anexo à presente ata e dela faz parte integrante (Anexo 3).

A Professora Clara Oliveira solicitou um esclarecimento adicional sobre a forma de contratações de pessoal no regime fundacional, especialmente no que respeita ao pessoal não docente. No que concerne às vantagens de maior autonomia na contratação de pessoal, disse ter dúvidas que elas não possam ser transformadas em desvantagens; referiu, ainda, que deveria haver solidariedade institucional no que diz respeito às áreas das Humanidades.

A Dra. Fernanda Ferreira reiterou as objeções anteriormente manifestadas na reunião do passado mês de janeiro, contrária à “confirmação” do pedido de passagem a Fundação Pública de Direito Privado, solicitada pelo Reitor, entendendo que as preocupações então manifestadas se confirmaram, pelo que havia razões válidas para se ponderar o assunto, devendo ter sido reequacionados os termos em que a Universidade do Minho poderia, ou não, retomar o processo negocial previsto na lei. Assim, seria pelo menos expectável que a presente proposta fosse acompanhada de um estudo de custo/benefício da passagem ao regime fundacional, tendo em atenção a realidade atual, visto que, contrariamente ao enquadramento anterior, as universidades em regime fundacional não só estão agora incluídas no sistema de contabilidade pública, tendo sido reclassificadas no perímetro do Estado, como estão ainda sujeitas às vinculações de direito público que regem a contratação pública, conforme aliás é mencionado nos *Relatórios de Avaliação do Período Experimental dos cinco anos do Regime Fundacional* das duas Universidades que já os apresentaram. No seu entender, a mudança de posição do Governo relativamente ao regime fundacional, que foi publicamente anunciado como extinto, e a ser substituído por um novo regime, dito de “autonomia reforçada” dever-se-á precisamente ao facto de as “universidade fundacionais” terem passado a estar sujeitas às mesmas limitações e constrangimentos das demais. Do que se retém em abono da transformação da UMinho em fundação tão só uma maior liberdade de gestão, nomeadamente no que respeita à contratação de pessoal não docente. Porém, a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas veio aproximar o regime disciplinador dos vínculos dos trabalhadores em funções públicas ao direito laboral privado, havendo matérias cujo regime foi uniformizado, tais como número de férias, duração do tempo de trabalho, regime de proteção social, inclusive com remissão expressa para o Código do Trabalho, pese embora com menores regalias em relação aos trabalhadores do sector privado, como é o caso, entre outros,



Universidade do Minho

da não conversão dos contratos a termo. Na verdade, os trabalhadores em funções públicas apenas beneficiam atualmente de maior estabilidade no emprego, sendo precisamente este importante aspeto que será afetado com a alteração visada, resultando numa maior precaridade do seu vínculo laboral. No que respeita ao recrutamento do pessoal não docente tem sido reiteradamente esgrimido, em prol da passagem ao regime fundacional, o argumento da obrigatoriedade da consulta do INA no âmbito do procedimento prévio de recrutamento de trabalhadores em requalificação, o que conduziria à imposição de pessoal na Universidade sem a possibilidade da sua própria escolha prévia. Ora, na prática, isso não se verifica nas instituições públicas de ensino superior, pois essa obrigatoriedade tem sido pacificamente ultrapassada com a definição criteriosa das funções pelas Universidades, que estão a selecionar regularmente os candidatos considerados mais aptos para os postos de trabalho a concurso. Neste domínio, as Universidades, ao invés de enveredarem por mudanças de regime juridicamente ambíguo e que já se comprovou ser de duvidosa utilidade, visto que não as têm logrado furtar, como pretendido, às vicissitudes orçamentais e às vinculações do Estado, deviam antes, no seio do CRUP, reivindicar a sua autonomia académica, e a necessidade de serem dotadas de pessoal adequado à especificidade da sua missão.

O que vem acontecendo é que as Universidades, sendo dotadas de autonomia por imperativo constitucional, tal como a administração autárquica, estão hoje quase exclusivamente concentradas no plano económico-financeiro, como se o essencial da autonomia se consubstanciasse numa gestão vocacionada para alcançarem formas de financiamento, de modo a compensarem as restrições do financiamento do Estado, assistindo-se a diversas iniciativas da parte do CRUP, mas orientadas para este plano, subalternizando as demais vertentes da autonomia académica, científica, pedagógica, regulamentar e disciplinar. Exemplificou com a passividade demonstrada perante uma série de normas atentatórias da autonomia universitária, inscritas na recente Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, que exige a outorga pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública dos acordos coletivos de empregador público, incluindo na sua aplicação a administração local e as universidades; ao fazer obrigatoriamente depender a celebração dos acordos da concordância desses membros do Governo, a ausência de anuência implica a impossibilidade de outorga do acordo coletivo, com a consequente inviabilidade do seu depósito e eficácia, ficando assim estas entidades e os seus trabalhadores impedidos de autonomamente acordarem o seu regime laboral, por via dos acordos coletivos de trabalho, designadamente fixando os limites e as regras da duração do tempo de trabalho, nos termos permitidos na lei. É conhecida a luta das autarquias pugnando pela desconformidade constitucional destas normas, mas não se conhece nenhuma manifestação no sentido de inconstitucionalidade no que respeita aos acordos celebrados ou a celebrar pelos Reitores das universidades públicas. De igual modo, na mesma lei e em matéria disciplinar, vem previsto o recurso tutelar, ressalvando-se porém que das decisões tomadas nas autarquias locais não há recurso tutelar, sendo certo que as Universidades gozam do poder de punir as infrações disciplinares



Universidade do Minho

praticadas pelo seu pessoal docente e não docente, bem como pelos estudantes, quer por emanção constitucional, quer pela lei ordinária (RJIES), não havendo qualquer manifestação do Conselho de Reitores acerca desta matéria, que é manifestamente atentatória da autonomia universitária. Por tudo isto, compreendendo embora a necessidade de a Universidade do Minho encontrar meios alternativos que a permitam libertar-se dos constrangimentos financeiros e de gestão, entendeu que se devia antes investir na exigência do cumprimento dos imperativos constitucionais que consagram a sua autonomia, ao invés de enveredar pela transformação em fundação pública de direito privado, visto que não se reconhecem a esse regime, nem estão demonstradas, as virtualidades que lhe pretendem associar.

O Professor Jorge Pedrosa manifestou o seu contentamento por existir a figura de Fiscal Único, a qual permitirá maior tranquilidade em matérias financeiras e de prestação de contas; do seu ponto de vista, essa entidade só acrescenta vantagem. Sobre o Conselho de Curadores, referiu que as suas competências essencialmente substituem as da tutela e que, no que respeita às interferências com as competências do Conselho Geral, estas são limitadas e cingem-se basicamente a homologações. Mais referiu que, no que concerne à ação do Conselho Geral, as homologações pelo Conselho de Curadores apenas poderão incidir sobre regularidade formal dos procedimentos adotados.

A Professora Ana Cunha referiu que algumas das questões que tencionava colocar, pela sua relevância, tinham sido já abordadas nas anteriores intervenções; no entanto, manifestou a sua preocupação pelo afastamento por parte da Academia neste debate que, do seu ponto de vista, só pode ser justificado por desconhecimento da mesma acerca do assunto. Referiu ainda estar cética quanto às vantagens do regime fundacional, nomeadamente face às incertezas que o Relatório do Período Experimental da Universidade do Porto deixa antever.

A Dra. Isabel Furtado mencionou que uma maior autonomia obriga a maior responsabilidade e maior responsabilização e essas características fazem parte do ADN da UMinho, pelo que via grandes vantagens do ponto de vista da agilização dos procedimentos e da gestão dos recursos. O *timing*, a seu ver, era absolutamente irrelevante e qualquer poder político usará dos argumentos nos momentos que lhes são mais convenientes. Em relação ao Conselho de Curadores mencionou que nada havia a reear, apenas recomendava que a sua nomeação fosse feita por critérios de escolha rigorosos.

O Professor Manuel Pinto sublinhou que um processo desta natureza não deveria ser debatido com prazos apertados, para que as pessoas tivessem mais tempo de reflexão e procurassem ser melhor esclarecidas.



Universidade do Minho

Interveio o Professor Rui Ramos para secundar a posição do Professor Licínio Lima e da Dra. Fernanda Ferreira, por se rever inteiramente nas suas posições. Referiu que as principais vantagens se irão verificar nos procedimentos da contratação, sobretudo a nível de projetos; contudo considerou que não será a alteração do regime jurídico que vai alterar os atuais quesitos. Não obstante, considerou como aspeto fulcral a questão do financiamento plurianual, e nesse ponto gostaria de obter informação detalhada.

O Professor Francisco Veiga mencionou que a UMinho não pode desperdiçar esta oportunidade de mudar de regime. Acrescentou que seria grave, do seu ponto de vista, se não estivesse prevista a figura do Fiscal Único.

O Doutor Manuel Carvalho da Silva manifestou a sua preocupação com o quadro político atual, em que o Governo tende a confundir a causa pública com a privada e, nessa circunstância, referiu que se deve estar atento pois, se no futuro próximo as universidades vão ter de se confrontar com os constrangimentos anunciados, a situação poderá não ser fácil, acrescentando, porém, que isso se aplicará em qualquer regime jurídico. Daí a importância em reforçar a abertura à Sociedade porque ela é feita de conhecimento. Em relação ao papel do Conselho Geral, referiu que não tinha dúvida de que o seu campo de ação se ia alterar e, no que concerne aos vínculos do trabalho, eles têm vindo a degradar-se havendo um compromisso dicotómico, cuja realidade invariavelmente nos mostra que nada é adquirido em definitivo. Manifestou a sua solidariedade quanto ao problema da precariedade dos vínculos, independentemente de se tratar de pessoal docente ou não docente; entendeu que a estabilidade do vínculo em funções públicas, que foi uma conquista das últimas décadas e um grande avanço está a ser posto em causa.

Pelas 13h50, e atendendo ao adiantado da hora, o Presidente sugeriu que se efetuasse uma pausa para almoço. Referiu que a reunião de hoje visava uma deliberação sobre o anteprojeto de Decreto-Lei e os estatutos da fundação mas, se fosse entendimento do Conselho, poderia eventualmente haver apenas uma aprovação na generalidade e, na posterior apreciação, a deliberação na especialidade.

O Reitor reforçou a ideia de que os documentos em apreço se encontram em construção e não são definitivos. O importante, na sua opinião, seria que resultasse desta reunião uma validação genérica dos documentos e que saísse por parte do CG, um mandato para que uma Comissão específica para acompanhar o Reitor no acerto e convergência necessárias para a elaboração do texto final, sendo que, em última análise, a responsabilidade é do Governo.

Os trabalhos foram retomados pelas 15h00.



Universidade do Minho

O Presidente fez um ponto de situação e clarificou que a deliberação final dos projetos em análise não teria de ocorrer nesta sessão; o importante seria que fossem aprovados na generalidade para que posteriormente houvesse um acompanhamento do processo.

Usou da palavra a Professora Margarida Casal para salientar que não tinha havido argumentos novos relativamente ao debate que o tema tinha merecido nos diversos fóruns aquando da deliberação tomada em 2011. Desse ponto de vista, não perspetiva receios na cooperação com a tutela, independentemente do período escolhido pelo Governo para avançar neste processo.

Pediu a palavra o Estudante José Mário Sousa para manifestar a sua opinião sobre o assunto, referindo que tinha tentado inteirar-se dos diversos documentos, pareceres e outros, produzidos aquando do debate do anterior mandato do Conselho Geral. No entanto, havia uma questão que não compreendia, designadamente o facto da figura de Fiscal Único ser indicada pelo Reitor quando essa mesma figura vai ter de se pronunciar sobre o Reitor e avaliar a ação do próprio Reitor, em termos financeiros e de gestão.

O Professor Álvaro Iriarte mencionou que ao longo destes últimos anos pugnou pela defesa de um Ensino Público de qualidade, assim como nas questões relacionadas com a contratação de recursos humanos. Nesse contexto, considerou que a alteração de regime coloca a UMinho numa melhor posição para concretizar esses desafios porque, reafirmou, pretende um Ensino Público de Qualidade.

O Presidente agradeceu as intervenções passando em seguida a palavra ao Reitor.

O Reitor prestou os esclarecimentos às questões colocadas, nomeadamente a questão do património da fundação, que é constituído pelo património da Universidade, enquanto estabelecimento de ensino; em relação ao Conselho Geral considerou que seria melhor responder a um Conselho de Curadores do que perante a tutela; refutou as críticas lançadas ao CRUP, até porque se verificou ter havido muita interação e contínua; a questão do INA constitui um enorme bloqueio no que diz respeito à contratação de pessoal não docente; a UMinho quer ultrapassar alguns condicionalismos, porém se se mantiver no atual regime jurídico terá muitas mais dificuldades. Por último, sobre a questão do Fiscal Único referiu que está definido no quadro legal (RJIES) e não é novo porque atualmente também é assim. Acrescentou que a evolução deste processo continuará a exigir rigor e sentido de responsabilidade, tal como tem vindo a acontecer, conforme o demonstram os documentos produzidos ao longo destes últimos anos.



Universidade do Minho

O Engenheiro António Murta referiu que o assunto tinha sido amplamente debatido e o seu voto era favorável às propostas em apreço. Compreendia, no entanto, os receios manifestados, admitindo que o debate seja de natureza fraturante a nível ideológico; nessa perspetiva recomendou que o processo fosse o mais transparente possível, sendo também importante que as universidades dispusessem de um fundo comum que fosse alocado às UOEl de modo a ficar assegurada a solidariedade reclamada nas anteriores intervenções.

O Reitor prestou um conjunto de esclarecimentos sobre os diversos procedimentos que serão tomados relativamente à criação do Fundo, através de um mecanismo interno, resultante de projetos, por forma a garantir o financiamento de diversos centros de investigação.

Foram ainda dirimidos argumentos com vista a uma maior perceção desta nova realidade, onde intervieram diversos membros.

O Presidente do Conselho Geral mencionou que é conhecida a sua posição favorável à transformação da UMinho em fundação pública de direito privado, posição que, a despeito da sua discordância quanto ao modo como o respetivo processo foi conduzido nesta legislatura, continua a manter. O seu voto seria, portanto, em sentido favorável. Admite, porém, enquanto presidente do Órgão, e na perspetiva de se encontrar garantida a maioria necessária para atingir aquele objetivo, vir a abster-se, para, assim, simbolicamente, se situar numa posição de equidistância formal relativamente às linhas de orientação resultantes do sentido de voto divergente ocorrido no interior do Conselho e, nessa posição, acompanhar os desenvolvimentos que o assunto vier a conhecer.

A Dra. Fernanda Ferreira, na sequência da intervenção do presidente, e em face dos pressupostos subjacentes à mesma, chamou a atenção para o facto de o RJIES requerer, no caso em apreço, uma maioria de membros do Conselho, e não apenas a maioria relativa dos membros presentes, o que em face das posições já manifestadas e do número de membros presentes, poderá inviabilizar a pretensão do presidente quanto à hipótese de se abster.

O Doutor Carvalho da Silva louvou a seriedade e a dimensão ética manifestada pela Dra. Fernanda Ferreira, no que foi acompanhado pelo presidente que, em consequência, optou por abandonar aquele propósito inicial quanto ao seu sentido de voto.

O Presidente colocou à votação a alteração de regime jurídico da UMinho, tendo a proposta obtido o seguinte resultado: 8 votos contra e 12 votos a favor (0 abstenção).



Universidade do Minho

Deste modo, foi deliberado, por maioria absoluta dos seus membros (12 votos a favor e 8 votos contra) requerer ao Governo a transformação da Universidade do Minho em fundação pública de direito privado.

Seguidamente, o Reitor procedeu à apresentação da proposta de *Estatutos da Fundação-UMinho*, começando por salientar que o art.º 7.º precisará de alterações significativas.

O Professor Jorge Pedrosa considerou que a versão final dos estatutos deve ser apresentada ao Plenário do Órgão. Até que isso se concretize sugeriu que fosse formada uma pequena Comissão para produzir os documentos juntamente com o Reitor.

O Professor Licínio Lima recordou que é necessário atender ao previsto no art.º 3.º, tendo em vista a abertura do processo de revisão dos Estatutos da UMinho, e que, na sua opinião, o debate não poderá ser limitado.

Em seguida, registaram-se diversas intervenções, nomeadamente dos conselheiros António Murta, Carvalho da Silva, Álvaro Iriarte e Francisco Veiga, com vista a uma harmonização abrangente das ideias discutidas, bem como para a elaboração de um regulamento próprio para a gestão do Fundo de solidariedade aludido pelo Reitor, sempre na convicção de que os resultados a prazo serão mais vantajosos para a Universidade do Minho.

O Presidente agradeceu as intervenções e fez um ponto de situação, quer do documento em análise quer da reflexão ocorrida na presente sessão.

Em seguida colocou à votação, na generalidade, a concordância de princípio com o projeto de Decreto-Lei do Governo e dos Estatutos da Fundação da Universidade do Minho.

O Conselho Geral aprovou, por maioria (12 votos a favor, 7 votos contra, uma abstenção), na generalidade, a proposta dos Estatutos da Fundação Universidade do Minho.

Consequentemente, foi decidido agendar nova reunião extraordinária para o dia 21 do corrente mês, para a aprovação da redação final dos documentos.

Os Conselheiros Licínio Lima, Ana Cunha, Manuel Pinto, Manuel Carvalho da Silva, Rui Ramos, Clara Oliveira, Fernanda Ferreira, Carlos Videira, Bruno Alcaide, Pedro Sanches e José Mário Sousa, apresentaram Declarações de Voto, onde fundamentam as razões do seu voto.

As Declarações de Voto acima indicadas encontram-se anexas à presente ata e dela fazem parte integrante.



Universidade do Minho

Ainda no âmbito deste assunto o Conselho Geral deliberou designar o seu Presidente e a Conselheira Maria Fernanda Ferreira para, juntamente com o Reitor, acompanharem o processo de elaboração da versão final daquele diploma a submeter posteriormente à sua apreciação.

O Presidente do Conselho declarou findos os trabalhos da sessão pelas 17h30, tendo sido lavrada a presente ata com a colaboração da Corália Braga Barbosa, que, depois de aprovada será assinada pelo Presidente, Dr. Álvaro Laborinho Lúcio e pela Secretária, Professora Ana Paula Marques.

O Presidente,

A Secretária,